



**Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.**

CNPJ: 03.538.572/0001-17

**Relatório da Administração**

**Senhor Acionista,**

Cumprindo os preceitos legais e disposições de seu Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido pela KPMG Auditores Independentes.

A PBEN-P iniciou suas atividades como Sociedade por quotas limitada em 22 de novembro de 1999, sob denominação 5283 Participações Ltda, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

A PBEN-P é uma empresa subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, proprietária de 100% das ações da companhia. Seu objeto social consiste: (i) no comércio, na importação e na exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as atividades; e (iii) na participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeira, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Em 31 de novembro de 2022, a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL autorizou a PBEN-P a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nos termos do despacho nº 2.636.

Em 31 de dezembro de 2022, por meio da 11ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a PBEN-P incorporou a empresa Petrobras Comercializadora de Energia S.A. (PBEN), quando seu capital social passou de R\$ 1.427.504 mil para R\$ 1.501.742 mil.

Em 13 de novembro de 2023, por meio da 10ª Assembleia Geral Extraordinária da companhia, a PBEN-P realizou uma redução do seu capital social, que passou de R\$ 1.501.742 mil para R\$ 57.432 mil, para absorver integralmente o prejuízo acumulado de exercícios anteriores.

**Participações Societárias:**

A PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petrobras e subsidiária da PBEN-P. Atualmente o percentual de participação da PBEN-P na PIB BV é de 0,0007%.

**Desempenho Econômico:**

A partir de 2023, com a incorporação da PBEN, a fonte de receita operacional da PBEN-P passou a decorrer das operações de compra e venda de energia elétrica dentro do ambiente regulado ou livre do Sistema Interligado Nacional.

Em 2023, a PBEN-P apresentou um Resultado Bruto de R\$ 24.737 mil. Este resultado é explicado, principalmente, pelas operações de comercialização de energia elétrica oriundas da PBEN. As despesas gerais e administrativas aumentaram em 253% na comparação de 2023 com 2022 principalmente em função de aumento dos gastos com auditoria externa e com o contrato de compartilhamento de custos e despesas (CCCD), devido ao aumento de escopo nas atividades da empresa com a incorporação da PBEN.

O Lucro operacional da PBEN em 2023 alcançou R\$ 21.176 mil, frente ao prejuízo de R\$ 922 mil em 2022, o que resultou em um acréscimo de 2.397%. O Lucro Líquido obtido em 2023 foi de R\$ 18.794 mil, o que representou um acréscimo de 2.263% na comparação com o exercício anterior, que apresentou um prejuízo de R\$ 869 mil, refletido o aumento do lucro bruto.

**Comercialização:**

Em 2023 o preço médio de realização (PMR) foi de R\$ 228,37/MWh, e o custo médio de aquisição (CMA) foi de R\$ 185,52/MWh, o que refletiu na margem de bruta de 19% em 2023.

O mercado de energia ao longo do exercício de 2023 se caracterizou por (i) uma reduzida volatilidade dos preços no curto prazo, influenciada majoritariamente por questões climáticas, e (ii) ampliação do mercado livre prioritariamente entre empresas de pequeno porte. Essas mudanças geram oportunidades e riscos na atuação da companhia nesse mercado. A administração da PBEN-P avalia como positivo o potencial de oportunidades para o futuro do mercado livre.

**Compromissos e Agradecimentos:**

A PBEN-P assume o compromisso com a confiabilidade em suas operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no ambiente de comercialização da CCEE, obedecendo aos preceitos legais e às regras e procedimentos de comercialização de energia, com excelência comercial e de gestão, pautada na responsabilidade social e ambiental de suas ações.

Reconhecemos que 2024 ainda será um ano de incertezas para o setor e alterações regulatórias estão sendo desenhadas. Isso nos exigirá cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa, para entregar ao nosso acionista o desempenho financeiro desejado.

Registramos nosso reconhecimento e os mais sinceros agradecimentos aos nossos parceiros, instituições, conselheiros fiscais e acionista.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2024.

**Rodrigo Pimentel Ferreira Leão**

Diretor Presidente

**Marcelo de Andrade**

Diretor Técnico-Comercial

**Gustavo Cesar Cotrim Correa da Costa;**

Diretor Administrativo

**Balanco Patrimonial**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022	Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	12	49.259	Fornecedores	10	10.748	4.092
Contas a receber, líquidas	7.1	13.729	13.070	Arrendamentos	11	38	42
Contas a receber - FIDC	7.4	60.577	-	Imposto de renda e contribuição social	13.1	3.266	12.378
Imposto de renda e contribuição social	13.3	189	2.220	Impostos e contribuições	13.3	676	932
Impostos e contribuições	13.3	852	1.497	Outros passivos		5	1
<b>Ativo Circulante</b>		<b>75.359</b>	<b>66.046</b>	<b>Passivo Circulante</b>		<b>14.733</b>	<b>17.445</b>
Depósitos Judiciais		89	74	Arrendamentos	11	157	271
Imposto de renda e contribuição social	13.1	5.849	6.151	<b>Passivo não Circulante</b>		<b>157</b>	<b>271</b>
Impostos e contribuições	13.3	790	754	<b>Passivo Circulante não Circulante</b>		<b>14.890</b>	<b>17.716</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	386	397				
Ativo Realizável a longo prazo		<b>7.114</b>	<b>7.376</b>	Capital social realizado		57.432	1.501.742
				Reserva de Lucros		11.779	-
Investimentos	8	1.106	1.032	Prejuízos acumulados		-	(1.444.310)
Imobilizado	9	165	263	Outros resultados abrangentes		(357)	(431)
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>8.385</b>	<b>8.671</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>68.854</b>	<b>57.001</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>83.744</b>	<b>74.717</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>83.744</b>	<b>74.717</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração de Resultado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2023	2022
Receita de venda de energia	15	131.854	-
Custo de energia vendida	16.1	(107.117)	-
Lucro bruto		24.737	-
Despesas			
Vendas	16.2	(33)	-
Gerais e administrativas	16.3	(3.224)	(914)
Tributárias		(335)	(8)
Outras receitas (despesas), líquidas		31	-
		(3.561)	(922)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		21.176	(922)
Resultado financeiro líquido	17	6.957	53
Receitas financeiras		6.141	104
Despesas financeiras		(39)	(52)
Variações monetárias, líquidas		855	1
Lucro (Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		28.133	(869)
Imposto de renda e contribuição social	13	(9.339)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		18.794	(869)
Lucro (Prejuízo) líquido básico e diluído por ação (em R\$)	14.2	0.32724	(0.00061)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Resultados Abrangentes**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	18.794	(869)
Mudança no valor justo do investimento	74	(28)
Resultado abrangente total	18.868	(897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
<b>Receitas</b>		
Venda de energia e outras receitas	145.294	-
Despesa de vendas	(33)	-
	145.261	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Produtos para revenda	(107.117)	-
Serviços de terceiros e outros	(3.171)	(914)
Créditos fiscais sobre produtos para revenda	(789)	-
	(111.077)	-
Valor adicionado (consumido) bruto	34.184	(914)
Depreciação e amortização	(22)	-
Valor adicionado (consumido) líquido pela empresa	34.162	(914)
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	6.930	105
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	41.092	(809)
<b>Distribuição do valor adicionado (consumido)</b>		
<b>Tributos</b>		
Federais	22.325	8
	22.325	8
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>		
Juros e variações monetárias	(27)	52
	(27)	52
<b>Acionistas</b>		
Dividendos	10.839	-
Lucros (Prejuízos) retidos	7.955	(869)
	18.794	(869)
Valor adicionado (consumido) total distribuído	41.092	(809)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Reserva de Lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social realizado	Outros resultados abrangentes	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.426.704	(403)	-	-	(1.424.695)	1.606
Aumento de capital por incorporação (NE nº 1.1)	74.238	-	-	-	-	74.238
Integralização de capital	800	-	-	-	-	800
Variações patrimoniais por incorporação	-	-	-	-	(18.746)	(18.746)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(869)	(869)
Mudança no valor justo: Investimento	-	(28)	-	-	-	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.501.742	(431)	-	-	(1.444.310)	57.001
Redução de capital (NE nº 14.1)	(1.444.310)	-	-	-	1.444.310	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	18.794	18.794
Destinação:						
Apropriações do lucro líquido em reserva (NE nº 14.3)	-	-	940	-	(940)	-
Dividendos intermediários pagos de 2023	-	-	-	-	(7.009)	(7.009)
Atualização monetária sobre dividendos intermediários de 2023	-	-	-	-	(6)	(6)
Dividendos adicionais propostos de 2023	-	-	-	10.839	(10.839)	-
Mudança no valor justo: Investimento	-	74	-	-	-	74
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.432	(357)	940	10.839	-	68.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	18.794	(869)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	22	19
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(6.072)	-
Encargos financeiros sobre passivos de arrendamentos	27	10
Perdas de crédito esperadas	33	-
Imposto de renda e contribuição social	9.339	-
Encerramento antecipado e alterações em pagamentos de contratos de arrendamento	(31)	-
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(692)	-
Depósitos judiciais	(15)	-
Impostos e contribuições	2.953	(15)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	6.656	14
Impostos e contribuições	(3.169)	-
Contas a pagar	1	(464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.538)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	12.308	(1.305)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Resgate (Aplicação) em recebíveis de ativos financeiros	(54.505)	-
Disponibilidades - Incorporação PBEN	-	48.615
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(54.505)	48.615
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	-	800
Amortização de arrendamentos	(41)	-
Dividendos pagos	(7.009)	-
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de financiamentos	(7.050)	800
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(49.247)	48.110
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.259	1.149
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12	49.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





**Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.**

CNPJ: 03.538.572/0001-17

**Notas explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**1.A Companhia e suas operações**

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("PBEN-P" ou a "Companhia"), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Em 1º de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foram alteradas a razão social para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P e o objeto social: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

A Companhia mantém transações com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

**1.1.Reestruturação societária**

Em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de otimizar a carteira de participações do conglomerado PETROBRAS, a Companhia incorporou a Petrobras Comercializadora de Energia S/A (PBEN), empresa controlada da Petrobras que tinha como objeto social principal a comercialização de energia elétrica. Nessa data, foi aprovada em assembleia geral de ambas as Companhias, a incorporação da PBEN pela PBEN-P, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, por meio da versão integral do patrimônio líquido da PBEN para a PBEN-P, avaliado a valor contábil no montante de R\$ 74.238, na data base de 30 de setembro de 2022, sendo assim registrado como aumento de capital. As variações patrimoniais da PBEN ocorridas entre a data base do laudo e a data da incorporação, no montante de R\$ 18.746, foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo a PBEN em todos os direitos e obrigações.

As variações de patrimônio líquido da PBEN efetivadas entre a data do laudo de incorporação (30 de setembro de 2022) e a data da incorporação (31 de dezembro de 2022), no total de R\$ 18.746, as quais foram assumidas pela incorporadora, podem ser melhor visualizadas conforme o detalhamento abaixo:

Ativo	PBEN				
	PBEN-P Antes incorporação	Acervo laudo de incorporação	Variações patrimoniais até data incorporação	Saldo incorporado	PBEN-P Após incorporação
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	643	60	48.556	48.616	49.259
Contas a receber - clientes		12.057	1.013	13.070	13.070
Contas a receber - FIDC		73.497	(73.497)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	32	1.351	837	2.188	2.220
Impostos e contribuições		1.468	31	1.497	1.497
<b>Não Circulante</b>					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		70	4	74	74
Imposto de renda e contribuição social		6.285	(134)	6.151	6.151
Impostos e contribuições		1.448	(694)	754	754
Imposto de renda e contribuição social diferidos		400	(3)	397	397
Investimento	1.032				1.032
Imobilizado	77	166	20	186	263
<b>Passivo e PL</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	164	10.446	(6.518)	3.928	4.092
Arrendamentos mercantis	31	14	(3)	11	42
Imposto de renda e contribuição social		11.074	1.304	12.378	12.378
Impostos e contribuições	1	862	70	931	932
Outras contas a pagar		1	0	1	1
<b>Não Circulante</b>					
Arrendamentos mercantis	79	166	26	192	271
<b>Patrimônio Líquido</b>	1.510				57.001
<b>Ativo Líquido Incorporado</b>		74.238	(18.746)	55.492	

As duas Companhias são subsidiárias integrais da Petrobras, portanto não foram atribuídas ações da PBEN aos acionistas da PBEN-P, que teve extinta a totalidade das ações.

**2.Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 08 de março de 2024, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

**2.1.Demonstração do valor adicionado**

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

**2.2.Moeda funcional**

A moeda funcional da PBEN-P é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

**3.Práticas contábeis materiais**

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

**4.Estimativas e julgamentos relevantes**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração, e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre as estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

**4.1.Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões fiscais e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres de seus assessores jurídicos, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos judiciais não provisionados são apresentadas na nota explicativa 18.

**4.2.Tributos diferidos sobre o lucro**

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 13.2.

**4.3.Perdas de crédito esperadas**

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a Companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

As movimentações das perdas em créditos esperadas estão demonstradas na nota 7.3.

**5.Novas normas e interpretações**

**5.1.International Accounting Standards Board (IASB)**

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023 são:

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento ( <i>Sale and Leaseback</i> ) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants - Amendments to IAS 1</i>	As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.	
<i>Supplier Finance Arrangements - Amendments to IAS 7 and IFRS 7</i>	Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante. Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo in-1º de janeiro de 2024, formações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório em até 12 meses após a data de reporte.	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas.
<i>Lack of Exchangeability - Amendments to IAS 21</i>	As emendas estabelecem as características dos acordos de financiamento envolvendo fornecedores e, que devem ser divulgadas determinadas informações relacionadas a tais acordos de forma a possibilitar a avaliação dos efeitos deles sobre os passivos, fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. A emendas estabelecem que quando uma moeda não for permutável por outra na data da mensuração, a taxa de câmbio à vista deve ser estimada. Adicionalmente, as emendas orientam sobre como avaliar a permutabilidade entre moedas e como determinar a taxa de câmbio à vista quando da ausência da permutabilidade.	1º de janeiro de 2025 com regras de transição específicas.

Quando a taxa de câmbio à vista for estimada porque uma moeda não é permutável por outra moeda, devem ser divulgadas informações que permitam entender como a moeda não permutável por outra moeda afeta, ou se espera que afete, a demonstração do resultado, o balanço patrimonial e a demonstração do fluxo de caixa.

Em relação aos normativos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, de acordo com as avaliações realizadas, a Companhia estima que não há impactos materiais na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Quando aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

**5.2.Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2023, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants (Amendments to IAS 1)</i>	1º de janeiro de 2024
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24	<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback (Amendments to IFRS 16)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas
	<i>Supplier Finance Arrangements (Amendments to IAS 7 and IFRS 7)</i>	1º de janeiro de 2024 com regras de transição específicas

Os efeitos esperados da aplicação inicial referente aos normativos listados acima são os mesmos que foram apresentados para os respectivos normativos emitidos pelo IASB apresentados no item 5.1.

**6.Caixa e equivalentes de caixa**

	31.12.2023	31.12.2022
Bancos	12	48.621
Fundos de investimentos financeiros	-	638
Total	12	49.259

O saldo mantido em 31 de dezembro de 2022 em Caixa e equivalentes de caixa foi integralmente aplicado no FIDC pela PBEN-P no 1º trimestre de 2023.

**Prática contábil**

**Caixa e equivalente de caixa**

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

**7.Contas a receber**

**7.1.Contas a receber, líquidas**

	31.12.2023	31.12.2022
Recebíveis de contratos com clientes		
Terceiros (a)	1.253	2.190
Partes relacionadas (nota explicativa 12.1)	13.659	12.081
<b>Total do contas a receber</b>	14.912	14.271
Perdas de crédito esperadas - (PCE) Terceiros (b)	(1.183)	(1.201)
<b>Total do contas a receber, líquidas</b>	13.729	13.070

(a) Refere-se aos recebíveis de venda de energia dos contratos bilaterais, celebrados no ambiente de contratação livre.

(b) Refere-se à provisão para perdas de créditos esperadas relacionada às liminares e agentes desligados por descumprimento de obrigações, dentre elas a inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Liquidação Financeira de Energia Elétrica - CCEE.

Todo o saldo de contas a receber apresentado em 2022, igualmente como a respectiva PCE, refere-se às operações oriundas da PBEN, mediante a incorporação realizada em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

**7.2.Aging do contas a receber vencido - terceiros**

Contas a receber	31.12.2023	31.12.2022
Acima de 12 meses - Agentes desligados ou com liminares	1.183	(1.183)
<b>Total</b>	1.183	(1.183)

**7.3.Movimentação das perdas em créditos esperadas - PCE**

	2023	2022
Saldo inicial	(1.201)	-
Adições	(33)	(1.201)
Reversões	51	-
<b>Total</b>	(1.183)	(1.201)

**7.4.Contas a receber - FIDC**

	31.12.2023	31.12.2022
Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados - FIDC-NP	60.577	-
<b>Total</b>	60.577	-

Representam os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas exclusivamente pela Petrobras e suas controladas.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente em direitos creditórios.

**Prática contábil**

As contas a receber são geralmente classificadas como ao custo amortizado.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (PCE) para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões.

A matriz tem como base a experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais, para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

PCE é a média ponderada de perdas de crédito históricas com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Em geral, para os demais recebíveis, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à PCE para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro aumentar significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à PCE (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de trinta dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando as contas a receber possuem baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Inexistindo controvérsia ou outras questões que podem resultar em suspensão da cobrança, a Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a noventa dias.





## Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ: 03.538.572/0001-17

### 8. Investimentos

	31.12.2023	31.12.2022
Investimento a valor justo - PIB BV	1.106	1.032
<b>Total</b>	<b>1.106</b>	<b>1.032</b>

A PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras constituída em 5 de setembro de 2002 para participar em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exploração de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

O percentual de participação da PBEN-P na PIB BV é de 0,0007% nos exercícios apresentados. Em 2023 houve acréscimo no valor justo dessa participação no montante de R\$ 74 (decréscimo de R\$ 27 em 2022), devidamente registrado como Outros Resultados Abrangentes.

Seguem abaixo informações contábeis da empresa PIB BV em IFRS, em milhares de reais, da qual a empresa PBEN-P possui participação acionária:

	Milhares de quotas		Patrimônio líquido	Lucro do período
	Capital Social	Ações Participação (%)		
31.12.2023	158.278.066	45.896.837	271.744.853	17.035.171
31.12.2022	158.278.066	45.896.837	275.117.712	19.558.582

### Prática Contábil

O investimento é mensurado pelo valor justo com base nos fluxos de caixa descontados, preparados pela Administração, baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico, divulgado pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Como o investimento patrimonial representa um investimento que a Sociedade pretende manter a longo prazo para fins estratégicos, a Administração designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurado a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, sendo os dividendos reconhecidos como ganho no resultado, quando aplicável.

### 9. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2023, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Direito de uso - Edificações e Construções
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>97</b>
Custo - Adição por incorporação	257
Amortização	(91)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>263</b>
Custo	355
Amortização	(92)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>263</b>
Baixa por encerramento do contrato	(77)
Amortização	(21)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>165</b>
Custo	189
Amortização acumulada	(24)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>165</b>

### Prática contábil

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

### 10. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Terceiros	9.651	3.370
Partes relacionadas (NE nº 12.1)	1.097	722
<b>Total</b>	<b>10.748</b>	<b>4.092</b>

Representam, principalmente, as obrigações relativas a compras de energia elétrica de curto prazo para honrar os compromissos de venda. O aumento do saldo em relação ao apresentado em 2022 ocorreu em função de antecipações de pagamentos realizados em dezembro de 2022, diminuindo, dessa forma, o saldo em aberto em 2022.

### 11. Arrendamentos mercantis

A Companhia sucedeu a PBEN em contrato de sublocação de uma área de 12,96m² com a Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro-RJ, firmado pela PBEN em 23 de janeiro de 2017, que terá término em 03 de setembro de 2030.

A movimentação contábil do arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	Total
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>98</b>
Remensuração/Novos contratos	55
Pagamento de principal e juros	(34)
Encargos incorridos no exercício	30
Transferência por incorporação	164
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>313</b>
Circulante	42
Não Circulante	271
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>313</b>
Remensuração/Novos contratos	4
Encerramento Antecipado de Contrato	(108)
Pagamento de principal e juros	(41)
Encargos incorridos no exercício	27
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>195</b>
Circulante	38
Não Circulante	157

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>30</b>	<b>27</b>	<b>59</b>	<b>195</b>

### Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Petrobras, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento. Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

### 12. Partes relacionadas

A Companhia segue a política com partes relacionadas da sua controladora Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos eram compostos como seguem:

#### 12.1. Transações comerciais e outras operações

	31.12.2023		31.12.2022	
	Petrobras Transpetro	PIB BV	Total	Total
<b>Ativo</b>				
Contas a receber, principalmente venda de energia (NE nº 7)	-	13.659	-	13.659
Investimentos (NE nº 8)	-	-	1.106	1.032
Circulante	-	13.659	-	13.659
Não circulante	-	-	1.106	1.032
<b>Total</b>	-	<b>13.659</b>	<b>1.106</b>	<b>14.765</b>
<b>Passivo</b>				
Fornecedores, principalmente compra de energia (NE nº 10)	1.097	-	-	1.097
Arrendamentos mercantis (NE nº 11)	195	-	-	195
Circulante	1.135	-	-	1.135
Não circulante	157	-	-	157
<b>Total</b>	<b>1.292</b>	-	<b>1.292</b>	<b>1.035</b>
<b>Resultado</b>				
Receita de venda de energia (NE nº 15)	3.308	-	145.094	145.094
Custo de energia vendida (NE nº 16.1)	(2.541)	-	(4.536)	(4.536)
Compartilhamento de gastos com a Petrobras	2.541	-	(2.640)	(2.640)
Despesas financeiras - arrendamentos	(27)	-	(27)	(27)
<b>Total</b>	<b>5.849</b>	<b>145.094</b>	<b>137.891</b>	<b>(227)</b>

#### 12.2. Remuneração da Administração da Companhia.

A remuneração global dos administradores da Companhia foi fixada no valor de R\$ 69, para o período compreendido entre abril de 2023 e março de 2024. No exercício de 2022 os membros da diretoria renunciaram às suas remunerações por exercerem funções gerenciais na controladora Petrobras.

### 13. Tributos

#### 13.1 Tributos correntes

	Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Imposto de Renda (i)	3.308	3.717	2.756	9.999
Contribuição Social (i)	2.541	2.434	510	2.379
	<b>5.849</b>	<b>6.151</b>	<b>3.266</b>	<b>12.378</b>

(i) Ativo Não Circulante: refere-se a imposto de renda e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, com pedido de restituição junto à Receita Federal. A companhia impetrou mandado de segurança objetivando a imediata apreciação dos pedidos administrativos de restituição.

(i) Passivo Circulante: refere-se ao processo de apuração mensal de IRPJ e CSLL, líquida das respectivas antecipações.

A Companhia monitora periodicamente seus créditos tributários, com o intuito de garantir sua efetiva recuperabilidade.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido.

#### 13.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

##### a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Atualização monetária de depósitos judiciais	Perdas de Crédito Esperadas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(11)	408	397
Reconhecido no resultado do período	(5)	(6)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(16)	402	386

##### b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2023, a expectativa de realização dos saldos fiscais diferidos é a seguinte:

Natureza	Fundamento para realização	31.12.2023	31.12.2022
Perda de crédito esperada	Baixa definitiva ou reversão da provisão	402	408
Receita financeira - Depósitos judiciais	Levantamento dos recursos	(16)	(11)
<b>Total</b>		<b>386</b>	<b>397</b>
Impostos diferidos ativos		402	408
Impostos diferidos passivos		(16)	(11)

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais (34%) e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Resultado antes dos impostos	28.133	(869)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(9.565)	(295)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	276	-
Outros	(50)	295
Imposto de renda e contribuição social	(9.339)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.328)	-
	(9.339)	-
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	33,2%	0%

#### 13.3. Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PIS/COFINS (i) (ii)	852	1.497	790	754	-	-
ICMS	-	-	-	-	676	932
Imposto de Renda (iii)	189	2.220	-	-	-	-
	<b>1.041</b>	<b>3.717</b>	<b>790</b>	<b>754</b>	<b>676</b>	<b>932</b>

(i) Ativo Circulante: Refere-se, principalmente, a créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de energia elétrica.

(ii) Ativo não Circulante: Refere-se aos créditos fiscais a recuperar de PIS/COFINS, após trânsito em julgado em 21 de setembro de 2021 a favor da PBEN de ação judicial, que tratou da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS.

(iii) Refere-se, principalmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicação financeira.

### Prática contábil

A companhia apura seus tributos sobre o lucro de acordo com a legislação vigente ao final do período que está sendo reportado. Estes tributos são calculados com base no lucro tributável, conforme legislação pertinente, e mensurados pelas alíquotas vigentes no final do exercício que está sendo reportado. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos.

#### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de quitar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas esperadas de serem aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária, na mesma entidade tributável ou nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

### 14. Patrimônio líquido

#### 14.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 57.432 (R\$ 1.501.742 em 31 de dezembro de 2022) representado por 57.432.182 ações ordinárias (1.501.741.930 ações ordinárias em 2022), nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de novembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a realização de redução de capital no montante de R\$ 1.444.310, para absorver integralmente o prejuízo acumulado de exercícios anteriores.

#### 14.2. Resultado por ação

	2023	2022
Lucro (Prejuízo) do período atribuível aos acionistas	18.794	(869)
Quantidade de ações	57.432.182	1.427.503.742
Resultado do período e diluído por ações (R\$ por ação)	<b>0,32724</b>	<b>(0,00061)</b>

#### 14.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateados pelas ações em que se dividir o capital da Companhia. O estatuto social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Os dividendos intermediários relativos ao resultado apurado no período de janeiro a junho de 2023, no montante de R\$ 7.009, foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia em 06 de dezembro de 2023, e pagos à Petrobras em 28 de dezembro de 2023.

	2023
Lucro do exercício	18.794
Lucro básico para determinação de dividendos	18.794
Base para determinação da Reserva de Lucro	18.794
Apropriação:	
Reserva legal	940
Lucro básico para determinação do dividendo	17.854
Dividendos propostos:	
Dividendos intermediários	7.009
Atualização monetária dividendos intermediários	6
Dividendos adicionais propostos	10.839
<b>Total de dividendos</b>	<b>17.854</b>

#### 15. Receita de venda de energia

	2023	2022
Venda de energia elétrica ACL - Partes relacionadas (i)	145.094	-
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE (ii)	200	-
Encargos de vendas	(13.440)	-
<b>Total</b>	<b>131.854</b>	<b>-</b>

(i) Receita de venda de energia com contratos bilaterais no Ambiente de Contratação Livre.

(ii) Receita de liquidação financeira na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

As operações de venda de energia passaram a ocorrer na PBEN-P em decorrência da incorporação da PBEN, em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

### Prática contábil

Os contratos com clientes da Companhia envolvem a venda de energia elétrica.

A Companhia avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os bens e serviços distintos prometidos em cada um deles.

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Companhia satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.





## Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

CNPJ: 03.538.572/0001-17

### 16. Custos e Despesas por natureza

#### 16.1. Custo de energia vendida

	2023	2022
Energia elétrica para revenda - Partes relacionadas (NE 12.1)	4.536	-
Energia elétrica para revenda - Terceiros	(102.581)	-
Total	(107.117)	-

As operações de compra de energia passaram a ocorrer na PBEN-P em decorrência da incorporação da PBEN, em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

#### 16.2. Despesas de Vendas

	2023	2022
Perdas de crédito esperadas	(33)	-
Total	(33)	-

As perdas de crédito esperadas e despesas com comercialização são oriundas de operações de venda de energia que passaram a ocorrer na PBEN-P em decorrência da incorporação da PBEN, em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

#### 16.3. Despesas Gerais e Administrativas

	2023	2022
Compartilhamento de gastos com a Petrobras	(2.640)	(840)
Contribuições de agente à CCEE	(148)	-
Serviços contratados, encargos gerais e outros	(322)	(32)
Honorários Diretoria Executiva e Conselho Fiscal	(49)	(2)
Aluguéis e taxas de imóveis	(43)	(40)
Depreciação e amortização	(22)	-
Total	(3.224)	(914)

As despesas gerais e administrativas ocorreram em maior volume em 2023 quando comparadas com 2022, uma vez que são originadas em decorrência da incorporação da PBEN, em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

### 17. Resultado financeiro líquido

	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>	<b>6.141</b>	<b>104</b>
Receitas com aplicações financeiras e recebíveis de ativo financeiro	6.138	-
Receitas financeiras - Aplicações fundos e outros	3	104
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(39)</b>	<b>(52)</b>
Despesas com arrendamentos mercantis	(27)	(31)
Outras despesas financeiras, líquidas	(12)	(21)
<b>Resultados de variações monetárias, líquidos</b>	<b>855</b>	<b>1</b>
Atualização monetária de impostos e contribuições a recuperar	762	1
Atualização monetária sobre dividendos	6	-
Atualização monetária - CCEE e outras	87	-
<b>Total</b>	<b>6.957</b>	<b>53</b>

### 18. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro 2023 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	31.12.2023	31.12.2022
Fiscais	3.522	3.193
Trabalhistas	13	-
<b>Total</b>	<b>3.535</b>	<b>3.193</b>

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2023	Estimativa 31.12.2022
<b>Autor: Delegacia da Receita Federal</b>		
1) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de 2013. Situação atual: Apresentada a manifestação de inconformidade, tendo o julgamento sido convertido em diligência.	113	107
<b>Autor: Delegacia da Receita Federal</b>		
2) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de fevereiro de 2004. Situação atual: Homologação deferida.	-	77
<b>Autor: Receita Federal do Brasil</b>		
3) Processo Administrativo - Tributário - Saldo negativo de IRPJ do exercício de 2007. Discute-se a compensação feita via PER/DCOMP. Situação atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto ao CARF (2ª Instância administrativa).	2.267	2.164
<b>Autor: Receita Federal do Brasil</b>		
4) Compensação não homologada de saldo negativo de CSLL, exercícios de 2007 e 2008. Ajuizada ação anulatória. Situação atual: Encerrada a fase de instrução, os autos encontram-se conclusos para julgamento da causa.	1.142	845
Total de processos de natureza fiscal	3.522	3.193
<b>Descrição do processo de natureza trabalhista</b>		
<b>Autor: Joneide Batista do Nascimento</b>		
1) Processo relativo à terceirização. Situação atual: Processo em andamento	13	-
Total de processos de natureza trabalhista	13	-
Total de processos	3.535	3.193

### Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Ativos e Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

### 19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

#### 19.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022 não foram identificados derivativos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e estão demonstradas abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
<b>Ativo</b>		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	12	49.259
Contas a receber - clientes	13.729	13.070
Contas a receber - FIDC	60.577	-
Não circulante		
Depósitos judiciais	89	74
<b>Total</b>	<b>74.407</b>	<b>62.403</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante		
Fornecedores	10.748	4.092
<b>Total</b>	<b>10.748</b>	<b>4.092</b>

O principal ativo financeiro da Companhia é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

#### Prática contábil

##### Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

##### 19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

##### 19.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Petrobras Comercializadora de Gás, Energia e Participações S.A. é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

##### 19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a empresa segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras. Este risco não é significativo.

##### 19.4. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

##### 19.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa e recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente para aquisição de energia elétrica para revenda e pagamentos de dividendos. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. Os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento no curto prazo.

##### 20. Contratos para compra e venda de energia

As operações de compra e venda de energia foram contratadas para comercialização com consumidor final dentro do Grupo Petrobras.

As receitas e os custos nominais futuros, baseados nos preços contratados estão demonstrados abaixo:

	Receita	Custo
2024	147.287	111.293
2025	157.866	86.400
<b>Total</b>	<b>305.153</b>	<b>197.693</b>

### Diretoria executiva

RODRIGO PIMENTEL FERREIRA LEÃO  
Diretor Presidente

MARCELO DE ANDRADE  
Diretor Técnico Comercial  
EDUARDO SEIXAS  
Contador  
CRC-RJ-087203/O-6

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA  
Diretor Administrativo

### Parecer do Conselho Fiscal:

#### Senhor Acionista,

O Conselho Fiscal da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas e o Relatório de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, à luz do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, de 08 de março de 2024, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho fiscal, por unanimidade, com base nos exames efetuados, na exposição dos administradores, bem como no

parecer emitido sem ressalvas, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diego Barreiros Dutra Sampaio - Presidente do Conselho  
Fernando José Alves dos Santos - Conselho Fiscal  
Alexandre de Oliveira Pinto - Conselho Fiscal

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Ênfase

Transações com o acionista controlador  
Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 12 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024  
KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ  
Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

### Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras ("CAECO")

Em sua reunião nº 144, de 05/03/2024, o Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras manifestou-se no seguinte sentido: "Principais Resultados, Contingências Jurídicas e Aspectos Gerais da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. ("PBEN-P") - Exercício 2023. O CAECO, no uso de suas atribuições, tomou conhecimento das informações apresentadas e recomendou ao órgão

competente da PBEN-P a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

Rio de Janeiro, 07 de março de 2024.  
Michele Moraes Fukumoto  
Coordenadora da Gerência de Suporte ao Conselho de Administração